

PGR-00168568/2025



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Ofício nº 307/2025 - ASSEXP/PGR

Brasília, *data da assinatura digital*.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
presidente@senado.leg.br / Tel.: (61) 3303-3000 a 3009
Edifício Principal - Ala Antônio Carlos Magalhães - Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília-DF

Assunto: Indicação para composição do Conselho Nacional de Justiça.

Senhor Presidente,

Em atenção ao art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, submeto a esse egrégio Senado Federal o nome do Procurador Regional da República **SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR**, membro integrante do Ministério Público Federal, para a composição bienal do Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à representação do Ministério Público da União.

Atenciosamente,

Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Apresentação de documentos e declarações a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal – MPF (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº **informações pessoais** e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, declarar e requerer o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.


2. Vem, por meio do presente, observar e cumprir integralmente o disposto no art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, e no art. 5º, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

3. Passa, assim, a discriminar a Vossa Excelência os seguintes documentos, em seguida apresentados:

3.1. *Curriculum vitae* (nos formatos resumido e lattes) a conter, detalhadamente, qualificação, formação acadêmica, experiência profissional com a indicação das atividades profissionais exercidas (e períodos respectivos), assim como a relação das publicações das quais é autor, com as referências bibliográficas a permitir sua recuperação (art. 383, inciso I, alínea a, itens 1 e 2, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 5º, inciso I, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal).

3.2. Declaração de inexistência de parentesco vinculado à atividade profissional (art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal).

3.3. Declaração de inexistência de nepotismo em relação a Membro ou servidor da Instituição responsável pela indicação (art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal).



3.4. Declaração de que não atua nem atuou como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais (art. 383, inciso I, alínea *b*, item 2 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal).

3.5. Declarações de regularidade fiscal nos âmbitos federal e distrital, com as respectivas certidões e documentos emitidos pelos órgãos competentes (art. 383, inciso I, alínea *b*, item 3 e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).

3.6. Declaração de que não existem ações judiciais nas quais figure como autor ou réu (art. 383, inciso I, alínea *b*, item 4 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal).

3.7. Declarações, com documentos oriundos do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que nunca sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar e de que não há procedimentos dessa natureza instaurados contra a sua pessoa (art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal).

3.8. Declaração de que não é Membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de Membro desses Poderes (art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal).

3.9. Declaração de que não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos (contados da indicação realizada pelo Procurador-Geral da República), em juízos e tribunais, nem em conselhos de administração de empresas estatais, tampouco em cargos de direção de agências reguladoras (art. 383, inciso I, alínea *b*, item 5 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal).

3.10. Argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do mandato de Conselheiro do CNJ (art. 383, inciso I, alínea *c*, do Regimento Interno do Senado Federal).

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e requer, com respeito e acatamento, o prosseguimento da indicação nos termos constitucionais, legais e regimentais.

Externa a Vossa Excelência, por derradeiro, os mais elevados signos de estima e apreço.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 383, inciso I, alínea *a*, itens 1 e 2, do Regimento Interno do Senado Federal. Art. 5º, inciso I, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea *a*, itens 1 e 2, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 5º, inciso I, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

3. Exibe, portanto, *curriculum vitae* (nos formatos resumido e lattes) a conter, detalhadamente, qualificação, formação acadêmica, experiência profissional com a indicação das atividades profissionais exercidas (e períodos respectivos), assim como a relação das publicações das quais é autor, com as referências bibliográficas a permitir sua recuperação.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Curriculum Vitae



1. Atuação Funcional pelo Ministério Público Federal:

1.1. Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, nos biênios 2017/2019 e 2019/2021.

1.2. Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público (2022/2023).

1.3. Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público (2016/2017).

1.4. Membro do Ministério Público Federal desde fevereiro de 2002.

a) Procurador Regional da República: promovido por merecimento em abril de 2014, com lotação na Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

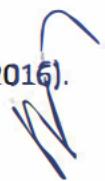
b) Procurador da República: atuação, entre fevereiro de 2002 e abril de 2014, nas Procuradorias da República nos Estados de Rondônia (2002/2007), Alagoas (2007/2008) e Sergipe (2008/2013). Na 1ª Instância, oficiou em todas as áreas de atuação do Ministério Público Federal.

1.5. Orientador de monografias de conclusão de cursos de aperfeiçoamento/especialização da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU.

2. Experiência Profissional no Ministério Público Federal:

2.1. Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Federal desde dezembro de 2023.

2.2. Secretário da Chefia de Gabinete da Procuradoria Geral da República (2015/2016).

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the individual.

2.3. Assessor-Chefe e Secretário de Relações Institucionais Adjunto do Ministério Público Federal (2013/2015).

2.4. Procurador-Chefe e/ou Procurador-Chefe Substituto em todas as Procuradorias da República nas quais atuou na 1ª Instância.

2.5. Corregedor Auxiliar da Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal (2009/2011).

2.6. Delegado da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR (2002/2004).

3. Formação Acadêmica:

3.1. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2014).

3.2. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP (2011).

3.3. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (1998).

3.4. Fluente na língua inglesa e na língua espanhola.

4. Publicações:

4.1. Autor

Improbidade Administrativa: Procedimento, Sanções e Aplicação Racional (Fórum, 2018).

4.2. Coautor

a) Justiça Consensual: Acordos Criminais, Cíveis e Administrativos (JusPodivm, 2022).

b) CNMP em Ação: Uma Análise Técnica de Sua Jurisprudência – Volumes 2 e 3 (CNMP, 2020/2021).

c) Improbidade Administrativa: Temas Atuais e Controvertidos (Forense, 2016).

d) Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil (ESMPU, 2016).

e) Constituição e Processo (Evocati, 2014).

f) Temas de Direito Constitucional: Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Augusto Alcântara Machado (Ubirajara Coelho Neto Editor, 2013).

g) Questões Discursivas do Concurso de Procurador da República Respondidas e Comentadas (JusPodivm, 2011).

h) Inclusão de Pessoas com Deficiência (ESMPU, 2006).



4.3. Coorganizador

- a) Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público – Volumes VIII, IX e X (CNMP, 2023)
- b) Manual do Portal da Transparência do Ministério Público (CNMP, 2021).
- c) O CNMP e as Boas Práticas de Combate à Corrupção e de Gestão e Governança dos Ministérios Públicos – 3 Edições (CNMP, 2020/2021).
- d) O Ministério Público na Defesa da Probidade Administrativa (CNMP, 2019).
- e) Temas do Ministério Público: Acordos no Sistema de Justiça e Liberdade de Expressão (ANPR, 2019).
- f) Desafios Contemporâneos do Sistema Acusatório (ANPR, 2018).

4.4. Elaborador de artigos científicos e apresentações sobre Teoria do Direito, Direito Constitucional, Filosofia do Direito, Probidade Administrativa, Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público.

5. Outras Experiências Profissionais:

Procurador do Estado de Rondônia (2001/2002). Servidor do Ministério Público Federal (2000/2001). Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Rondônia e Acre (1997/2000). Servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (1996/1997). Instrutor de inglês no Centro de Ensino Brasil/Estados Unidos – CEBEU, em Rondônia (1996/1997).

Contato: silvioamorim@mpf.mp.br

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.



Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior

**Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior**Evidência para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/2369719653163713>

Última atualização do currículo em 18/05/2025

Membro do Ministério Público Federal desde fevereiro de 2002 e Procurador Regional da República, com atuação no Tribunal Regional Federal da 1a. Região, desde abril de 2014. Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos biênios 2017/2019 e 2019/2021, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Federal desde dezembro de 2023. Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2024. Sempre mediante concurso público, foi Procurador do Estado de Rondônia (aprovado em 1o. lugar) e servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, do Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região (Rondônia e Acre) e do Ministério Público Federal. Mestre em Direito Constitucional (2014), Especialista em Direito Constitucional (2011). Graduado em Direito (1998). Autor de "Improbidade Administrativa: Procedimento, Sanções e Aplicação Racional" (em segunda edição, revista, ampliada e atualizada), bem como de artigos científicos e obras em coautoria. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Filiação	informações pessoais
Nascimento	informações pessoais
Lattes ID	 2369719653163713
Nome em citações bibliográficas	AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de

Idiomas

Inglês	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Prêmios e títulos

- 2023 Elogio Funcional pela Atuação como Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional do Ministério Público - Conselho Nacional do Ministério Público
- 2023 Medalha Comemorativa dos 60 Anos do Ministério Público do Estado do Acre, Ministério Público do Estado do Acre
- 2023 Medalha de Honra Presidente Juscelino Kubitschek, Governo do Estado de Minas Gerais
- 2023 Medalha dos 132 Anos do Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará
- 2023 Medalhão do Centenário do Ministério Público Militar, Ministério Público Militar
- 2023 Ordem do Mérito (Grau Grão-Colar) do Ministério Público do Estado do Acre, Ministério Público do Estado do Acre
- 2022 Certificado de Reconhecimento por 20 Anos de Atuação pelo Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral da República - Ministério Público Federal
- 2022 Comenda Mérito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG
- 2022 Homenagem e Diploma de Honra ao Mérito do Conselho Nacional de Ouidores do Ministério Público Brasileiro, Conselho Nacional de Ouidores do Ministério Público Brasileiro - CNOMP
- 2022 Medalha dos 130 Anos do Ministério Público do Estado do Amazonas, Ministério Público do Estado do Amazonas
- 2021 Comenda de Selo Comemorativo aos 130 Anos de Criação do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Ministério Público do Estado de Pernambuco
- 2021 Elogio Funcional pela Atuação como Conselheiro Nacional do Ministério Público, Procuradoria-Geral da República - Ministério Público Federal
- 2021 Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado de Roraima, Ministério Público do Estado de Roraima
- 2021 Medalha dos 130 Anos do Ministério Público do Estado do Ceará, Ministério Público do Estado do Ceará
- 2021 Medalha dos 30 Anos do Ministério Público do Estado do Amapá, Ministério Público do Estado do Amapá
- 2021 Placa de Reconhecimento pela Atuação como Conselheiro Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional do Ministério Público
- 2020 Medalha Comemorativa dos 410 Anos do Ministério Público, Ministério Público do Estado da Bahia
- 2018 Medalha dos 40 Anos da Fundação da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Associação Nacional do Ministério Público Militar
- 2018 Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau de Comendador), Aeronáutica Brasileira
- 2018 Ordem do Mérito (Grau de Grande Oficial) do Ministério Público Militar, Ministério Público Militar
- 2018 Ordem do Mérito Militar (Grau de Oficial), Exército Brasileiro

- 2016** Elogio Funcional pela Constituição do 1º Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral da República - Ministério Público Federal
- 2002** Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Procurador da República, Procuradoria-Geral da República - Ministério Público Federal
- 2001** Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Procurador do Estado, Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia
- 2000** Concurso Público para o Cargo de Analista Processual (Nível Superior), Procuradoria-Geral da República - Ministério Público Federal

Formação acadêmica/titulação

- 2012 - 2014** Mestrado em Direito.
Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, Brasil
Título: A Questão das Sanções da Lei da Improbidade Administrativa: Contribuições para Procedimento e Aplicação Racional, Ano de obtenção: 2014
Orientador: Professor Doutor Henrique Ribeiro Cardoso
- 2009 - 2011** Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Constitucional.
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP, Campo Grande, Brasil
Título: Evolução Constitucional do Papel do Procurador-Geral da República como Legitimado Ativo ao Exercício do Controle Concentrado da Constitucionalidade no Brasil
Orientador: Professor Doutor Mano Luiz Ramidoff
- 1994 - 1998** Graduação em Direito.
Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Porto Velho, Brasil

Formação complementar

- 2018 - 2018** DELE - Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira - Nível C2, (Carga horária: 15h).
Governo da Espanha e Instituto Cervantes, ESPANHA, Espanha
- 2016 - 2016** Curso de curta duração em Workshop de Comunicação Direta para Lideranças, (Carga horária: 12h).
BH Press Comunicação Integrada, BH PRESS, Brasil
- 2014 - 2017** Curso Acadêmico de Espanhol - Níveis A1, A2, B1, B2 e C1 (Nível Avançado), (Carga horária: 450h).
Instituto Cervantes de Brasília, CERVANTES, Brasil
- 2014 - 2014** Curso de curta duração em Media Training Avançado, (Carga horária: 6h).
Oficina da Palavra, OP, Brasil
- 2013 - 2013** Extensão universitária em Introdução ao Pensamento de Vilém Flusser, (Carga horária: 24h).
Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, Brasil
- 2013 - 2013** Curso de curta duração em I Curso de Alinhamento Conceitual do PNLD, (Carga horária: 80h).
Ministério da Justiça - DPF - Academia Nacional de Polícia, MJ - DPF - ANP, Brasil
- 2013 - 2013** Curso de curta duração em Capacitação da ABSPA, (Carga horária: 16h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2012 - 2012** Extensão universitária em II Colóquio do PRODIRA/FS - Civil e Constitucional, (Carga horária: 10h).
Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, Brasil
- 2012 - 2012** Curso de curta duração em Resolução de Conflitos, Mediação e Negociação, (Carga horária: 16h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2012 - 2012** Extensão universitária em I Congresso Internacional de Estudos Jurídicos, (Carga horária: 20h).
Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, Brasil
- 2011 - 2011** Curso de curta duração em Gestão da Segurança Institucional, (Carga horária: 40h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos, (Carga horária: 24h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Aperfeiçoamento de Media Training, (Carga horária: 8h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2005 - 2005** Curso de curta duração em Especial de Dicção, Desinibição e Oratória, (Carga horária: 20h).
Ironi Andrade - Curso Permanente de Português, Redação e Oratória, IRONI ANDRADE, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Execução Orçamentária e Financeira do SIAFI, (Carga horária: 21h).
SENAI - Departamento Regional de Rondônia, SENAI/DR/RO, Porto Velho, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Iniciação de Novos Procuradores da República, (Carga horária: 78h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Especial de Dicção, Desinibição e Oratória, (Carga horária: 24h).
Ironi Andrade - Curso Permanente de Português, Redação e Oratória, IRONI ANDRADE, Brasil
- 1999 - 1999** Curso de curta duração em Direito Processual Constitucional, (Carga horária: 6h).
Bureau Jurídico e Instituto Brasileiro de Estudos do Direito, BUREAU/BED, Brasil
- 1999 - 1999** Curso Preparatório para Ingresso na Magistratura, (Carga horária: 720h).
Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, EMERON, Brasil
- 1998 - 1998** Atendimento Profissional com Eficiência, (Carga horária: 6h).
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, TRT/14ª REGIÃO, Brasil
- 1995 - 1995** Curso de Operador em Microcomputador, (Carga horária: 156h).
SENAI - Departamento Regional de Rondônia, SENAI/DR/RO, Porto Velho, Brasil
- 1995 - 1995** Curso de Dactilografia, (Carga horária: 30h).
Escola de Dactilografia São Vicente, EDSV, Brasil
- 1992 - 1993** Curso de Inglês em Nível Avançado, (Carga horária: 142h).
Centro de Ensino Brasil-Estados Unidos, CEBEU/RO, Brasil

Atuação profissional

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

- 2016 - 2017** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Secretário-Geral, Regime: Conselho Nacional do Ministério Público Parcial
Outras informações:
Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público entre 20/5/2016 e 1/5/2017.
- 2017 - 2021** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Conselheiro, Regime: Conselho Nacional do Ministério Público Dedicção exclusiva
Outras informações:
Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público durante dois mandatos, entre 25/9/2017 e 21/10/2021.

2022 - 2024 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional, Regime: Conselho Nacional do Ministério Público Parcial
Outras informações: Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público entre 23/2/2017 e 21/1/2024.

Ministério Público Federal - MPF

2002 - 2014 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador da República, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador da República com atuação no Estado de Rondônia entre 02/2002 e 09/2007, Procurador da República com atuação no Estado de Alagoas entre 10/2007 e 03/2008, Procurador da República com atuação no Estado de Sergipe entre 04/2008 e 09/2013, Procurador da República com atuação no Gabinete do Procurador-Geral da República entre 09/2013 e 04/2014.

2003 - 2005 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe da PR/RÔ, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

2005 - 2007 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador Regional Eleitoral em Rondônia, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador Regional Eleitoral no Estado de Rondônia.

2007 - 2008 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe Substituto da PR/AL, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador-Chefe, Substituto, da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

2010 - 2012 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe Substituto da PR/SE, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador-Chefe, Substituto, da Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

2012 - 2013 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe da PR/SE, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

2013 - 2016 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Gabinete do Procurador-Geral da República, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Integrante do Gabinete do Procurador-Geral da República entre 18/09/2013 e 19/06/2016, com atuação na Secretaria de Relações Institucionais (entre 18/09/2013 e 26/04/2015) e na Secretaria Especial da Chefia de Gabinete (entre 27/04/2015 e 19/06/2016).

2014 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador Regional da República, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador Regional da República promovido por merecimento em 11/04/2014, com atuação no 35 Ofício Cível da Procuradoria Regional da República da 1 Região.

2021 - 2024 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe Substituto da PRR/1 Região, Regime: Ministério Público Federal Parcial
Outras informações: Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Regional da República da 1 Região.

2023 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Gabinete do Procurador-Geral da República, Regime: Ministério Público Federal Dedicção exclusiva
Outras informações: Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Federal, nomeado pela Portaria PGR/MPF n 279, de 18/12/2023 (DOU n 240, de 19/12/2023).

Universidade Federal de Sergipe - UFS

2013 - 2017 Vínculo: Estudante-Projeto de Pesquisa, Enquadramento funcional: Estudante, Regime: Universidade Federal de Sergipe Parcial
Outras informações: Pesquisador do Projeto de Pesquisa "A Hermenêutica Constitucional Concretizadora dos Direitos Fundamentais e Seus Reflexos nas Relações Sociais", conduzido pela Prof. Dr. Flávia Moreira Guimarães Pessoa e certificado pelo CNPq.

Atividades

04/2013 - Atual Outra atividade técnico-científica, Universidade Federal de Sergipe

Especificação: Pesquisador do Projeto de Pesquisa "A Hermenêutica Constitucional Concretizadora dos Direitos Fundamentais e Seus Reflexos nas Relações Sociais", conduzido pela Prof. Dr. Flávia Moreira Guimarães Pessoa.

Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia - PGE-RO

2001 - 2002 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador do Estado de Rondônia, Regime: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia Parcial
Outras informações: Procuradoria de Execuções Fiscais.

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia - OAB-RO

2001 - 2002 Vínculo: Autônomo, Enquadramento funcional: Advogado, Regime: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia Parcial.

Ministério Público Federal - MPF

2000 - 2001 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Analista Processual (Nível Superior), Carga horária: 40, Regime: Ministério Público Federal Integral.

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT/14ª REGIÃO

1997 - 2000 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Técnico Judiciário (Nível Médio), Carga horária: 40, Regime: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região Integral
Outras informações: Gabinete de Juiz do Trabalho.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO

1996 - 1997 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Técnico Judiciário (Nível Médio), Carga horária: 40, Regime: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Integral
Outras informações: 6ª Vara Cível, Falências e Concorrências.

Centro de Ensino Brasil-Estados Unidos - CEBEU-RO

1996 - 1997 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento funcional: Instrutor de Inglês, Carga horária: 40, Regime: Centro de Ensino Brasil-Estados Unidos Integral.

Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU

- 2022 - Atual** Vínculo: Integrante de Conselho Curador. Enquadramento funcional: Integrante de Conselho Curador. Regime: Escola Superior do Ministério Público da União Parcial. Outras informações: Integrante do Conselho Curador de Arte e Cultura da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, com mandato de 1 (um) ano, nos termos da Portaria ESMPU-DG nº 0134, de 15 de agosto de 2022.

Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade - CNPD

- 2021 - 2022** Vínculo: Servidor público. Enquadramento funcional: Integrante do CNPD. Regime: Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade Parcial. Outras informações: Integrante do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, vinculado à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, entre agosto de 2021 (Decreto do Presidente da República de 9/8/2021) e março de 2022 (Decreto do Presidente da República de 15/3/2022).

Comitê Nacional do MP - Condições Análogas à de Escravidão e Tráfico de Pessoas - CONATETRAP

- 2019 - 2022** Vínculo: Servidor público. Enquadramento funcional: Vice-Presidente do Comitê Nacional. Regime: Comitê Nacional do MP - Condições Análogas à de Escravidão e Tráfico de Pessoas Parcial. Outras informações: Vice-Presidente do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravidão e ao Tráfico de Pessoas - CONATETRAP, entre junho de 2019 (Portaria CNMP-PRESI nº 99, de 27/6/2019) e junho de 2022 (Portaria CNMP-PRESI nº 209, de 28/6/2022).

Produção

Produção Bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; NUNES, L. B., *Análise sobre o Acordo de Leniência como Exemplo do Papel Institucional da Comissão de Enfrentamento da Corrupção do CNMP e a Atribuição do Ministério Público*. REVISTA DOMINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, vl. p.149- 174, 2020.
2. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de, *O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana: As Sanções da Lei de Improbidade Administrativa e a Aplicação da Regra da Proporcionalidade - Uma Correlação Necessária*. Evoca! Revista, v.79, p.1 - 10, 2012.
3. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; ASSUNCAO B. B.; HENRIQUES FILHO, T.; FACCHINI, M. I. O. S.; SOUZA, R. T.; PLATES, J. R.; TASSI, J. A.; FIGUEIREDO, L. M.; OLIVEIRA NETO, O. B.; ARAUJO, M. O.; SILVA, B. P.; COSTA, J. G. F.; MEDEIROS, S. M.; BARBOSA, M. A. L.; CORDEIRO, Y. C.; MARQUES JUNIOR, W. P.; OLIVEIRA JUNIOR, G. F., *Paradigmas para a Aplicação Racional das Sanções da Lei de Improbidade Administrativa*. Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, v.36, p.191 - 222, 2011.

Livros publicados

1. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de, *Improbidade Administrativa: Procedimento, Sanções e Aplicação Racional*, ed.2. Belo Horizonte/MG: Fórum, 2018, p.170.

Capítulos de livros publicados

1. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; SALGADO, D. R.; KIRCHER, L. F. S.; QUEIROZ, R. P.; MORAES, A. R. A.; ATHAYDE, A.; MENDONÇA, A. B.; CABRAL, A. P.; SUXBERGER, A. H. G.; OLIVEIRA, B. L.; MARCHIONATI, D.; DIAS, D. P.; GROTTI, D. A. M.; FISCHER, D.; VITORELLI, E.; GARCIA, E.; BECHARA, F. R.; INCHAUSTI, F. G.; PEREIRA, F. V.; BADARO, G.; OLIVEIRA, J. R. P.; SANCHEZ, J. A. L.; PALMA, J. B.; VIANNA, M. P.; ZILLI, M.; MOURA, M. T. R. A.; SAAD, M.; SOUZA, R. M.; SOUZA, R. T.; FREITAS, S. R.; RAMOS, V. P.; ARAS, V. B., *O CNMP e a Atuação Negocial do Ministério Público In: Justiça Consensual: Acordos Criminais, Cíveis e Administrativos*, ed.1. Salvador/BA: JusPodivm, 2022, v.1, p. 633 - 653.
2. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; SANTOS, F. M. S.; FREIRE, L. N. M.; MELLO FILHO, L. F. B.; SOUZA, M. W. R.; LIMA NETO, O. D.; RODRIGUES JUNIOR, O. L.; LIMA, R. R.; GONCALVES, S. K.; CAIXETA, S. V., *Lista Triplax para Promoção por Merecimento e Necessidade de Observância da Ordem dos Escritórios - Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00332/2018-00 In: CNMP em Ação: Uma Análise Técnica de Sua Jurisprudência - Volume 3*, ed.1. Brasília/DF: Conselho Nacional do Ministério Público, 2021, v.3, p.362 - 375.
3. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; SANTOS, F. M. S.; FREIRE, L. N. M.; MELLO FILHO, L. F. B.; SIQUEIRA, P. F. W.; SOUZA, M. W. R.; LIMA NETO, O. D.; LIMA, R. R.; GONCALVES, S. K.; CAIXETA, S. V., *Permuta no Ministério Público - Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01150/2018-40 In: CNMP em Ação: Uma Análise Técnica de sua Jurisprudência - Volume 2*, ed.1. Brasília/DF: Conselho Nacional do Ministério Público, 2020, v.2, p. 243 - 258.
4. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; ASSAD, A. T.; MORAES, A.; ASSIS, A.; GODOY, A. S. M.; ALVIM, A.; TESOLIN, F. R.; OSORIO, F. M.; MENDES, G. F.; MARTINS, H.; TOFFOLLI, J. A. D.; JUSTEN FILHO, M.; FIGUEIREDO, M.; ROSA, M. F. E.; MARQUES, M. C.; GUEDES, N.; BARROS, R. J. M.; FAVERO, R.; ZAVASCKI, T.; MARTINS JUNIOR, W. P., *O Cabimento da Tentativa e a Aplicação do Princípio da insignificância no Âmbito do Ato de Improbidade Administrativa In: Improbidade Administrativa: Temas Atuais e Controvérsias*, ed.1. Rio de Janeiro/RJ: Editora Forense, 2016, p. 311 - 341.
5. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de, *O Novo Código de Processo Civil e a Defesa do Patrimônio Público In: Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil*, ed.1. Brasília/DF: ESMPU, 2016, v.2, p. 337 -356.
6. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; MENESES, A. M. C.; GUIMARAES, A. A.; OLIVEIRA, A. A.; MELO, A. C.; MENESES, A. P. M. C.; SANTOS, A. C.; MACHADO, A. C. F.; LINS, A. C. V.; RESENDE, A. B.; MELO, A. C.; MELO, B. S.; BARRETO, C. P.; GUIMARAES, C. N.; MESSIAS, C. A.; SILVA, O. M. M.; ANDRADE, D. C. M.; CERQUEIRA, E. C.; DANTAS, F. L. L.; PESSOA, F. M. G.; BORGES, G. S.; SILVA, H. L. R.; SANT'ANNA, L. F. B.; ANDRADE, L. M. S.; RIBEIRO, L. C.; MESQUITA, M. R.; CARVALHO, P. C. P. B.; SOUZA, P. V. C. S.; BARBOSA, P. R. F.; DAUD, S. S.; AMORIM, V. L. M., *O Controle da Constitucionalidade Política Exerido pelo Poder Judiciário In: Constituição e Processo*, ed.1. Aracaju/SE: Editora Evoca!, 2014, p. 635-654.
7. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; VARJAO, A. J. S.; OLIVEIRA, A. A.; SANTANA, E. B. S. E.; NASCIMENTO, G. C.; MACHADO NETO, M. C.; SANTOS, M. L. R.; ALENCAR, M. G. C. R.; SA, W. L.; MELO, Y. A. P., *A Constituição Filosófica In: Temas de Direito Constitucional: Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Augusto Alcântara Machado*, ed.1. Aracaju/SE: Ubraçara Coelho Neto Editor, 2013, p. 159 - 180.
8. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de; Bruno Freire de Carvalho Calabreit; PELELIA, E. B.; SCHNEIDER, A.; PIMENTEL FILHO, A. C. A.; André Sampaio Viana; FISCHER, D.; VITORELLI, E.; OLIVEIRA, F. A.; FIGUEIREDO, G. R.; VELLOSO, G. P.; SILVA, H. M.; SOUZA, I. B. P.; MIU, J. F. V.; ALMEIDA, J. R. S.; SOUZA, J. G. B.; TINOCO, L. N.; OLIVEIRA, L. L.; GADELHA, L. F. L.; LUCA, L. M. P. A.; ARAUJO, M. S. S.; FLORES, M. C. M.; MACHADO, O. A. A.; BARRETO, P. C.; CARVALHO, P. R. G.; MIRON, R. B.; MATOS, R. R. S.; QUEIROZ, R. P.; NACHEF JUNIOR, S. C.; OLIVEIRA, T. F.; NOBRE, T. L.; RABELO, T. M.; VICENTE, V. C. G. P.; VEGGI, V. C.; ASSIS, W. R., *Princípios Constitucionais do Contraditório: Ampla Defesa e Devido Processo Legal: O Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade e as Suas Diversas Formas, Serviços - Modo de Exercício e Espécies, Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada Material In: Questões Discursivas do Concurso de Procurador da República Respondidas e Comentadas*, ed.1. Salvador/BA: Editora Jus Podivm, 2011, p. 15 - 48.

9. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. SIQUEIRA Claudio Dreyves José de. PELELLA, Eduardo Bolão. FAVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. TINOCO, Livia Nascimento. BONFIM, Wellington Luis de Sousa. Acesso a Informação e à Comunicação In: Inclusão de Pessoas com Deficiência, ed. 1, Brasília ESMU, 2006, v.3, p. 13 - 82.

Livros organizados

1. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Manual do Ponal da Transparência do Ministério Público - 5ª Edição, ed. 5, Brasília/DF: CNMP, 2021, v. 1, p. 142.
2. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. GROSSO, M. P. E. M., SUL, M. P. E. M. G., PARAIBA, M. P. E., JANEIRO, M. P. E. R., NORTE, M. P. E. R. G., SUL, M. P. E. R. G., TRABALHO, M. P. O. CNMP e as Boas Práticas Práticas de Combate à Corrupção e de Gestão e Governança dos Ministérios Públicos - Edição II, ed. 2, Brasília/DF: CNMP, 2021, v.1, p. 36.
3. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. TERRITORIOS, M. P. D. F. E., BAHIA, M. P. E., MARANHÃO, M. P. E., GERAIS, M. P. E. M., RORAIMA, M. P. E., PAULO, M. P. E. S., O CNMP e as Boas Práticas de Combate à Corrupção e de Gestão e Governança dos Ministérios Públicos - Edição III, ed. 3, Brasília/DF: CNMP, 2021, v.1, p. 36.
4. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. ACRE, M. P. E., AMAPA, M. P. E., PARA, M. P. E., RONDÔNIA, M. P. E., SANTA CATARINA, M. P. E., MILITAR, M. P. O. CNMP e as Boas Práticas de Combate à Corrupção e de Gestão e Governança dos Ministérios Públicos - Edição I, ed. 1, Brasília/DF: CNMP, 2020, v.1, p. 36.
5. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. NOGUEIRA, L. M., DINIZ, C. S., AZAMBUJA, E., MOTA, R. R., PRADO, F. L. Z., ARAUJO, F. H. M., PINHEIRO, I. P., AZEVEDO, D., MANSUR, J. H., SCHUTT, J. F., FERREIRA, J. G., SILVA, L. A. M. A., REIS, M. A. S., SOUZA, R. O., SILVA, R. M., CABRAL, R. L. F., O Ministério Público na Defesa da Probidade Administrativa, ed. 1, Brasília/DF: Conselho Nacional do Ministério Público, 2019, v.1, p. 309.
6. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. BARBOSA, A. E. B., GARCIA, E., DIAS, J. A., TEOBALDO, L. C., FACCHINI, M. I. O. S., PEREIRA, N. M. F. S., COSTA NETO, N. D. C. E., MACHADO, P. A. O., ANJOS FILHO, R. N., CUNHA, V. S., SOUSA, M. C., RODRIGUES, G. A., MARIANO, T. C., OLIVEIRA, S. G., FELL, M. V. P. V., SILVA, P. T. G., FIGUEIREDO, L. M., MARK, I. C. G., LIMA, T. P., VERCOSA, V. F., BARROS, V. A. F., SERRA, G. P. M., SILVA, S. V., LINS, S. F. F., FONTELES, E. M. P., CONRADO, R. M., MELLO, R. C. V., MONTENEGRO, F. F. P. A., Temas do Ministério Público: Acordos no Sistema de Justiça e Liberdade de Expressão, ed. 1, Brasília/DF: Editora ANPR, 2019, v.1, p. 458.
7. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. TINOCO, Livia Nascimento, FRISCHSEISEN, L. C. F., SILVA, R. A. T. C., ARAS, V. B., Leonel Gonzalez Postigo, MELO, A. L. A., RAYOL, R. R., SUXBERGER, A. H. G., GOMES FILHO, D. F., COSTA, A. A., SOUSA, M. C., DIAS, D. P., BEGGIATO, T. F., LEITE, A. E. S., SOARES, G. T., CANDIDO, E. L. B., MUXFELDT, P., QUEIROZ, P., Desafios Contemporâneos do Sistema Acusatório, ed. 1, Brasília/DF: Editora ANPR, 2018, v.1, p. 412.

Artigos em revistas (Magazine)

1. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Resenha do Livro 'A Ética da Discussão e a Questão da Verdade', de Jürgen Habermas, Evoca! Revista, Aracaju/SE, 2013.
2. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Resenha do Livro 'Breve Tratado da Razão Jurídica', de Antônio Braz Teixeira, Evoca! Revista, Aracaju/SE, 2013.

Apresentação de trabalho e palestra

1. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Aspectos da Atuação da Corregedoria Nacional, 2022. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
2. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. OLIVEIRA, P. A. F., CAVALCANTE, M. A. R., LIMANETO, O. D., SOARES JUNIOR, J., Caminhos para os Principais Desafios do MP Brasileiro: Opiniões de Suas Lideranças - O Necessário Diálogo Interinstitucional do Ministério Público, 2022. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
3. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Novas Perspectivas para a Atuação do Ministério Público, 2022. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
4. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Perspectivas de Atuação do Ministério Público: entre o Passado e o Futuro, 2022. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
5. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Promoção da Ética no Judiciário, no Executivo e no Ministério Público, 2022. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
6. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Aspectos Normativos da Lei nº 8.429/1992, 2021. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
7. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. O Ministério Público no Fortalecimento do Controle Social: Instrumentos Virtuais de Combate à Corrupção, 2020. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
8. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. CNMP e Aspectos Regimentais de seu Exercício de Controle, 2019. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
9. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Principais Diretrizes da Recomendação 44/2016 do CNMP, 2019. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
10. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Prevenção Primária no Combate à Corrupção, 2018. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
11. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Atuação do Conselho Nacional do Ministério Público no Combate à Corrupção, 2017. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
12. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. A Relevância do Controle Social dos Recursos Públicos, 2017. (Seminário Apresentação de Trabalho)
13. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional, 2017. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
14. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional, 2017. (Seminário Apresentação de Trabalho)
15. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional, 2017. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
16. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Ministério Público e Controle na Constituição de 1988, 2017. (Simpósio Apresentação de Trabalho)
17. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Brazilian System for Investigation of Banking Transfers (SIMBA), 2015. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
18. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Desafios na Construção do Ministério Público Federal, 2014. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
19. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. O Ministério Público Federal Brasileiro, 2014. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)
20. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Denúncia Criminal sobre DCTF, 2012. (Seminário Apresentação de Trabalho)
21. AMORIM Jr., Silvio Roberto Oliveira de. Denúncia Criminal sobre Títulos Públicos Antigos, 2012. (Simpósio Apresentação de Trabalho)

Outras produções bibliográficas

1. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de. A Constituição dos Direitos Constitucionais. Berkeley - Califórnia - USA Berkeley Electronic Press, 2012. (Artigo, Tradução)
2. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; LIMA NETO, O. D.; MORAES, Paulo Valério Dal Pai; RODRIGUES, R. S.; FERRAZZO, I. K. H.; ALMEIDA, F. B. C.; MENESES, E. R.; ALMEIDA, G. A. D.; MORAES, M. J. D. G. E.; SOUZA, V. M. E.; OLIVEIRA, J. O. D. S. Z. D. AMORIM, M. A. S., Guia de Legislação de Autocomposição (Guia de Atuação Resolutiva - Volume IV). Revisão de Guia de Atuação Resolutiva sobre Legislação de Autocomposição. Brasília/DF: CNMP, 2023. (Outra produção bibliográfica)
3. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; LIMA NETO, O. D.; MORAES, Paulo Valério Dal Pai; RODRIGUES, R. S.; FERRAZZO, I. K. H.; ALMEIDA, F. B. C.; MENESES, E. R.; ALMEIDA, G. A. D.; MORAES, M. J. D. G. E.; SOUZA, V. M. E.; OLIVEIRA, J. O. D. S. Z. D. AMORIM, M. A. S., Guia de Mediação e Conciliação (Guia de Atuação Resolutiva - Volume II). Revisão de Guia de Atuação Resolutiva sobre Mediação e Conciliação. Brasília/DF: CNMP, 2023. (Outra produção bibliográfica)
4. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; LIMA NETO, O. D.; MORAES, Paulo Valério Dal Pai; RODRIGUES, R. S.; FERRAZZO, I. K. H.; ALMEIDA, F. B. C.; MENESES, E. R.; ALMEIDA, G. A. D.; MORAES, M. J. D. G. E.; SOUZA, V. M. E.; OLIVEIRA, J. O. D. S. Z. D. AMORIM, M. A. S., Guia de Práticas Restaurativas (Guia de Atuação Resolutiva - Volume III). Revisão de Guia de Atuação Resolutiva sobre Práticas Restaurativas. Brasília/DF: CNMP, 2023. (Outra produção bibliográfica)
5. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; MEDEIROS, A. M. A. H.; MUNIZ, A. C.; LOPES, A. F.; CAYE, A. A. B. S.; MENDES, A. C. L.; CASTRO, A. L. C.; CRUZ, A. M. F.; PAULA, A. B. F.; TRENNENPOHL, A. K. O. V.; SUXBERGER, A. H. G.; LIMA, C. M.; FROS, C. C.; MARTINS, C.; BRAGA, C. L.; CAMBI, E.; SILVA, E. R. B.; TEIXEIRA NETO, F.; PAULINO, G. C.; GADELHA, G. M. D. B.; REZENDE, G. C.; NORONHA, G. A.; KERSHAW, G. H. D.; FERRAZZO, I. K. H.; FIGUEIREDO, J. A. M. O., *et al.* Os Direitos das Vítimas: Reflexões e Perspectivas (2 Volumes). Parcerias de Artigos Científicos Apresentados em Obra Jurídica. Brasília/DF: ESMFPU, 2023. (Outra produção bibliográfica)
6. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; SOUZA, C. J.; PIRAJÁ, D. R. S. B.; COUTO, F. M. B.; ALMEIDA, G. A. D.; OLIVEIRA, J. O. D. S. Z. D.; MESSAGE, M. C.; MORAES, M. J. D. G. E.; AMORIM, M. A. S.; REGO, P. A.; SOUZA, R. O.; BAPTISTA, R. C. M.; LOPES, S. B.; SILVEIRA, S. S.; SOUZA, V. M. E.; LUCENA, P.; GUIMARAES, F.; ITIBERE, A. C.; WANIS, R. O. M.; CASTRO, A. L. C.; DOMINGUES, V. G. P.; TEIXEIRA, A. R.; COSTA, J. V.; SILVA, T. S.; SILVA, F. F. P.; CAMBI, E.; INOSAKI, L. A. P.; FARIA, A. M. G.; MELO, M. C. P.; STEFANI, M.; MATTAR JUNIOR, C. B. N.; SALES, J. E. P.; LAGO, A. A. D.; SOARES, J. B.; PAGLIARINI, J. E. K.; KURKOWSKI, R. S.; TEIXEIRA NETO, F.; PINHO, M. V. F. R.; XAVIER, C. R.; FRANCISCO, L.; MESQUITA, L.; ANDRADE, M. L. F.; MORAES, R. I.; CARDOSO, F. S.; OLIVEIRA, E. H. P., Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público - Vol. IX - Coletânea Especial de Fomento à Resolutividade - Atuação Preventiva - Eficácia Social na Defesa dos Direitos Fundamentais. Organizador da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Brasília/DF: CNMP, 2023. (Outra produção bibliográfica)
7. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; LIMA NETO, O. D.; SOUZA, C. J.; PIRAJÁ, D. R. S. B.; COITO, F. M. B.; ALMEIDA, G. A. D.; OLIVEIRA, J. O. D. S. Z. D.; MESSAGE, M. C.; MORAES, M. J. D. G. E.; AMORIM, M. A. S.; REGO, P. A.; SOUZA, R. O.; BAPTISTA, R. C. M.; LOPES, S. B.; SILVEIRA, S. S.; SOUZA, V. M. E.; GOULART, M. P.; MELO, A. B.; COSTA, T. R.; TRENNENPOHL, A. K. O. V.; NEVES, C. R. C.; VILHENA JUNIOR, E. M.; SILVA, G. T.; MANFRE, G. D. L.; GADELHA, G. M. D. B.; PASSINI, G. R.; PAGNUSSATTI, M. L.; OLIVEIRA, H. S.; BALDAN, G. R.; CANESTRINI, V. G.; OLIVEIRA, I.; SILVA, E. A. C.; SOARES, J. B.; RODRIGUES, J. G.; PAULO JUNIOR, J. M.; DORNELLES, M. L.; RODRIGUES, R. S.; LONGO, A. L.; BARROS, M. A. F.; SARRUBBO, M. L.; GASPARI, R.; NOGUEIRANETO, M. G.; BRAGATIN, A. C.; ALMEIDA, S. J. L. B.; TUMA, S. A.; SILVA, C. C. B.; PINHEIRO, A. L. R.; ABLECA, P. C.; OTSUKA, W. T. L., Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público - Vol. VIII - Coletânea Especial de Fomento à Resolutividade - Estimulo à Atuação Resolutiva. Organizador da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Brasília/DF: CNMP, 2023. (Outra produção bibliográfica)
8. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; SOUZA, C. J.; PIRAJÁ, D. R. S. B.; COUTO, F. M. B.; ALMEIDA, G. A. D.; OLIVEIRA, J. O. D. S. Z. D.; MESSAGE, M. C.; MORAES, M. J. D. G. E.; AMORIM, M. A. S.; REGO, P. A.; SOUZA, R. O.; BAPTISTA, R. C. M.; LOPES, S. B.; SILVEIRA, S. S.; SOUZA, V. M. E.; ROCHA, A. P. P.; CARVALHO JUNIOR, A.; GAVRONSKI, A. A.; GUIMARAES, B. C.; DIAS, C. M. T.; ARLE, D. G. G.; NEVES, F. V. A.; MOREIRA, J. C.; GUIMARAES, J. N. V.; WILHAGEN, J. P., *et al.* Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público - Vol. X - Coletânea Especial de Fomento à Resolutividade - Unidade, Independência Funcional e Integridade no Ministério Público Brasileiro. Organizador da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Brasília/DF: CNMP, 2023. (Outra produção bibliográfica)
9. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; TORQUATO LUIZ Adde Maria M.; MÔNICO NETO, Miguel, Ação Civil Pública Ambiental, Desmatamento, Loteamento, Demarcação Sem Orientação Técnica, Degradação Ambiental. Trabalho Forense Divulgado na Revista de Direito Ambiental nº 32, da Editora Revista dos Tribunais, São Paulo - SP: Revista dos Tribunais, 2003. (Outra produção bibliográfica)

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Lucas Daniel Chaves de Freitas. O Contencioso Eleitoral como Processo Coletivo: Impactos do Art. 96-B da Lei 9.504/1997. 2016. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União
2. Rafael Klautau Boia Costa. Administração da Saúde e Desafios ao Ministério Público: Promoção do Direito à Saúde e Controle de Recursos Financeiros Repassados. 2015. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União
3. Bruno Olivo de Sales. Combate à Evasão de Contribuições Previdenciárias pelos Gestores Municipais. 2015. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União
4. Antonio Marcos da Silva de Jesus. Procedimentos Administrativos Diversos do Inquérito Civil. 2015. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. Moderador no(a) Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro. 2025. (Congresso) Atuação em Rede na Tutela Ambiental
2. Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos - ENASTIC MP. 2025. (Encontro)
3. 7º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste. 2024. (Congresso)
4. Primeira Cúpula de Procuradores Gerais dos Países do G20 - PG20 2024. (Encontro)

5. 7ª Conferência Latino-Americana do Ministério Público - IAP. 2023. (Congresso).
6. Moderador no(a) Encontro de Segurança Pública - Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo. 2021. (Encontro) Aspectos Gerais e Regulamentação Internacional.
7. Apresentação Oral no(a) I Encontro do Ministério Público de Mato Grosso sobre Financiamento da Educação. 2019. (Encontro) Principais Diretrizes da Recomendação nº 44/2016 do CNMP.
8. Apresentação Oral no(a) II Semana Jurídica da Procuradoria Regional da República da 1ª Região. 2019. (Oficina) CNMP e Aspectos Regimentais de seu Exercício de Controle.
9. III Seminário Internacional Brasil - União Europeia. 2019. (Seminário) Presidência de Mesa.
10. Apresentação Oral no(a) IV Seminário Internacional sobre Corrupción y Compliance. 2019. (Seminário) La Importancia de la Prevención Primaria para Hacer Frente a la Corrupción.
11. 1º Encontro Diversidade Religiosa - Conhecer, Respeitar, Valorizar - Ministério dos Direitos Humanos. 2018. (Encontro).
12. Apresentação Oral no(a) 3º Ciclo de Palestras da Corregedoria Geral do Amazonas - Governo do Estado do Amazonas. 2018. (Seminário) Prevenção Primária no Combate à Corrupção.
13. Apresentação de Poster/ Painel no(a) 11º Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção. 2017. (Congresso) A Atuação do Conselho Nacional do Ministério Público no Combate à Corrupção.
14. 1º Congresso Técnico dos Procuradores da República. 2017. (Congresso).
15. 34º Encontro Nacional dos Procuradores da República - Associação Nacional dos Procuradores da República. 2017. (Encontro).
16. Apresentação Oral no(a) Combate à Corrupção em Defesa da Sociedade - 35 Anos do Ministério Público do Estado de Rondônia. 2017. (Seminário) Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional.
17. Apresentação Oral no(a) Combate à Corrupção: A Importância da Atuação em Rede. 2017. (Seminário) A Relevância do Controle Social dos Recursos Públicos.
18. Apresentação Oral no(a) Fundamentos para Prevenção e Enfrentamento à Corrupção no Brasil - Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás. 2017. (Seminário) Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional.
19. Apresentação Oral no(a) Inauguração do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Amapá - GAECO/AP. 2017. (Seminário) Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional.
20. Simposista no(a) VIII Simpósio de Integração Jurídica do Comandante do Exército. 2017. (Simpósio) Ministério Público e Controle na Constituição de 1988.
21. XIII Viagem Institucional à Amazônia do Comando do Exército. 2017. (Outra).
22. Fórum de Boas Práticas Internacional - Fundação Nacional de Qualidade. 2016. (Outra).
23. Conferência no(a) Thirteenth United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice. 2015. (Congresso) Brazilian System for Investigation of Banking Transfers (SIMBA).
24. Apresentação Oral no(a) X Curso de Ingresso e Vitalicamento para Procuradores da República. 2014. (Outra) Desafios na Construção do Ministério Público Federal.
25. Apresentação Oral no(a) XI Edição para o Mercosul do Programa de Intercâmbio Joaquim Nabuco - STF. 2014. (Outra) O Ministério Público Federal Brasileiro.
26. XIII Encontro Nacional da 2ª CCR/MPF - Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial. 2013. (Encontro).
27. Encontro Nacional de Orçamento e Finanças do MPF "Gestão, Transparência e Resultado". 2012. (Encontro).
28. Apresentação Oral no(a) Inserção de Informações Inverídicas em DCTF. 2012. (Seminário) Denúncia Criminal.
29. Simposista no(a) Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos. 2012. (Seminário) Denúncia Criminal.
30. X Encontro Nacional da 5ª CCR/MPF - Patrimônio Público e Social. 2008. (Encontro).
31. XIV Encontro Nacional de Procuradores e Procuradores dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF. 2008. (Encontro).
32. Oficina sobre Exigibilidade do Direito à Comunicação - ESMPU. 2007. (Oficina).
33. XI Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF. 2005. (Encontro).
34. Simpósio Multidisciplinar sobre Trabalho Escravo - ESMPU/PRT-14ª Região. 2004. (Simpósio).
35. X Encontro dos Procuradores da Cidadania - PFDC/MPF. 2004. (Encontro).
36. V Encontro Nacional da 5ª CCR/MPF - Patrimônio Público e Social. 2003. (Encontro).
37. V Semana Jurídica da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. 2003. (Simpósio).
38. 6º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor - IBPDC. 2002. (Congresso).
39. A Lei dos Juizados Especiais Federais e Seus Reflexos nos Juizados Estaduais - Aspectos Controvertidos - FESMP/RO. 2002. (Outra).
40. II Encontro Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON. 2002. (Encontro).
41. IV Encontro Nacional da 2ª CCR/MPF - Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial. 2002. (Encontro).
42. IV Encontro Nacional da 3ª CCR/MPF - Consumidor, Ordem Econômica e Economia Popular. 2002. (Encontro).
43. XVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDC. 2002. (Congresso).
44. Os Atos de Natureza Institucional e Administrativa e Seus Reflexos - PRT/14ª Região. 2000. (Seminário).
45. Congresso Mundial de Direito Processual (Civil, Penal, Trabalhista e Administrativo) - IBED. 1999. (Congresso).
46. I Congresso de Direito Ambiental do Estado de Rondônia - MP-RO/UNIR. 1999. (Congresso).
47. I Simpósio Estadual de Direito Civil, Penal e Trabalhista - OAB-RO/IPEJURIS. 1999. (Simpósio).
48. Atualização em Processo do Trabalho - PGE-RO/AMATRA-14ª Região. 1997. (Simpósio).

Organização de evento

1. AMORIM JR., Silvio Roberto Oliveira de SALGADO, D. R., ARAS, V. B., Seminário. 2016. (Outro) Organização de evento.

2. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de. Programa de Qualidade Total da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, 2003. (Outro. Organização de evento)

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Graduação

1. GARCIA, Carolina Fonseca. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de. Participação em banca de Carolina Fonseca Garcia. A Illegalidade da Tentativa Extrajudicial de Conciliação na Lesão Corporal Leve com Violência Doméstica Contra a Mulher, 2008. (Direito) Universidade Federal de Sergipe

Totais de produção

Produção bibliográfica	
Artigos completos publicados em periódico	3
Livros publicados	1
Capítulos de livros publicados	9
Livros organizados ou edições	5
livros organizados ou edições	1
livros organizados ou edições	1
Revistas (Magazines)	2
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	16
Apresentações de trabalhos (Seminário)	3
Apresentações de trabalhos (Simpósio)	2
Traduções (Artigo)	1
Outras produções bibliográficas	8

Produção técnica	
Curso de curta duração ministrado (aperfeiçoamento)	3
Outra produção técnica	2

Orientações	
Orientação concluída (monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização)	4

Eventos	
Participações em eventos (congresso)	10
Participações em eventos (seminário)	10
Participações em eventos (simpósio)	5
Participações em eventos (oficina)	2
Participações em eventos (encontro)	16
Participações em eventos (outra)	5
Organização de evento (outro)	2
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação)	1

Outras informações relevantes

1 Integrante da Comissão Julgadora (Jurado) do Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal para a categoria "Combate à Corrupção", nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 383, inciso I, alínea *b*, item 1 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº *informações pessoais* e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea *b*, item 1 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.
3. Declara, portanto, que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional que exerce.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº **informações pessoais** e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral (até terceiro grau, inclusive), de Membro ou servidor da Instituição responsável pela indicação.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEX/P GR, de 13/5/2025.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.
3. Declara, portanto, que não participa nem participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 383, inciso I, alínea b, item 3 e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/P GR, de 13/5/2025.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea b, item 3 e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que se encontra regular em sua situação fiscal, nos âmbitos federal e distrital, conforme estão a demonstrar as respectivas certidões e documentos emitidos pelos órgãos competentes (anexos).

Apresenta e subscreve tais informações e declarações, bem como apresenta os documentos que as acompanham, porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR**
CPF: informações pessoais -----

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 23:41:44 do dia 19/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2025.

Código de controle da certidão: **B893.DEF4.F4AD.96D2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CPF: 580.003.562-87

Código de Controle: B893,DEF4,F4AD,96D2

Data da Emissão: 19/05/2025

Hora da Emissão: 23:41:44

Tipo Certidão: Negativa

Certidão Negativa emitida em 19/05/2025, com validade até 15/11/2025.

[Página Anterior](#)

[Nova consulta](#)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: informações pessoais

Nome: **SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR**

Data de Nascimento: informações pessoais

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **12/06/1994**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **23:38:34** do dia **19/05/2025** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **A084.FCF7.EC4B.B87C**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 163041892192025
NOME: SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
ENDEREÇO: informações pessoais
CIDADE: informações pessoais
CPF: informações pessoais
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 17 de agosto de 2025. *



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO: 163041892192025

INSCRIÇÃO DO IMÓVEL/VEÍCULO/CPF/CNPJ: informações pessoais

RESULTADO DA CERTIDÃO: CERTIDAO DE DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

HORÁRIO DA EMISSÃO: 23:30:03

DATA DA EMISSÃO: 19/05/2025

DATA DA VALIDADE: 17/08/2025

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

EMITIDA POR: INTERNET



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO: 163041892152025

INSCRIÇÃO DO IMÓVEL/VEÍCULO/CPF/CNPJ: ~~Informações pessoais~~

RESULTADO DA CERTIDÃO: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS

HORÁRIO DA EMISSÃO: 23:25:41

DATA DA EMISSÃO: 19/05/2025

DATA DA VALIDADE: 17/08/2025

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

EMITIDA POR: INTERNET

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.
3. Declara, portanto, que não há ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/P GR, de 13/5/2025.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.
3. Declara, portanto, que nunca sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não há procedimentos dessa natureza instaurados contra a sua pessoa, conforme documentos oriundos do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior



Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos e, tendo como critério de pesquisa o nome e CPF/CNPJ indicados pela pessoa interessada, certifica que **NÃO CONSTAM PROCESSOS EM TRÂMITE** em nome de:

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

CPF: **informações pessoais**

Nome da Mãe: **informações pessoais**

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
- b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
- c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário (art. 8º, § 2º, da Resolução CNJ n. 121, de 5 de outubro de 2010).
- e) O sistema de pesquisa processual do STJ não é integrado ao de outros tribunais. Dessa forma, a certidão negativa emitida pelo STJ não atesta a inexistência de processos em outros tribunais do país.

Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **3874320**

Código de Segurança: **CD13.C4A2.375C.7A2A**

Data de geração: **20 de maio de 2025, às 09:50:07**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

48214670/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

OU

CPF n. ^{informações pessoais}

Certidão emitida em 20/05/2025, às 00:13:12 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemastrf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 19/05/2025, às 08:30:07.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 48214670

Código de Validação: 0519 B2F1 3203 6A1B BC47 732C F560 18F6

Data da Atualização: 19/05/2025, às 08:30:07





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros distribuição de processos eletrônicos disponíveis até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

informações pessoais

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado no endereço:
<http://elo.cnmp.mp.br/certidaoNadaConsta.seam> na opção *Verificar certidão*, informando o CPF do solicitante e a chave de segurança impressa abaixo.
- c) Certidão emitida em consulta à base de dados do Sistema Elo até 20/05/2025 00:26:48

Chave de segurança: **uGKKYKGyVrmFTSyF**

Emitida gratuitamente pela internet em: 20/05/2025

*** VÁLIDA POR 30 (trinta) DIAS ***



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CERTIDÃO CMPF Nº 03/2025

Em atendimento à solicitação da parte interessada, CERTIFICO, com base nos dados disciplinares existentes nesta Corregedoria do Ministério Público Federal e nos termos do art. 1º da Resolução CNMP nº 139/2016, que, até a presente data, não constam registro de procedimento disciplinar em trâmite, nem anotação de aplicação de sanção disciplinar nos assentamentos funcionais do Procurador Regional da República SÍLVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JÚNIOR, matrícula nº 775, com início do exercício na carreira do Ministério Público Federal em 18/02/2002, vitaliciado em 18/02/2004, lotado na Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO ALVARENGA

Subprocuradora-Geral da República
Corregedora-Geral do Ministério Público Federal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não é Membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Declara, de igual modo, que tampouco é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral (até o terceiro grau, inclusive), de Membro desses Poderes.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 383, inciso I, alínea *b*, item 5 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, Inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea *b*, item 5 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.
3. Declara, portanto, que não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos (contados da indicação realizada pelo Procurador-Geral da República), contados retroativamente ao ano de 2025, em juízos e tribunais, nem em conselhos de administração de empresas estatais, tampouco em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Ref.: Argumentação escrita a propósito de indicação ao Conselho Nacional de Justiça. Art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal.

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal – MPF (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº informações pessoais e da Matrícula MPF nº 775, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir e declarar o seguinte.

1. O signatário foi indicado pelo Procurador-Geral da República ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ na vaga destinada à representação do Ministério Público da União, nos termos do Ofício nº 307/2025 – ASSEXP/PGR, de 13/5/2025.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal.
3. Argumenta, portanto, que é Membro do MPF desde 18/2/2002, com atuação como Procurador da República e na 1ª Instância até 11/4/2014, quando foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador Regional da República, tendo sido lotado para officiar perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
4. No curso de mais de 23 (vinte e três) anos de atividade profissional no MPF, atuou para cumprir as funções institucionais descritas no art. 129, da Constituição, e no art. 5º, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993; para tanto, oficiou em todas as áreas de atuação constitucional e legalmente previstas em 3 (três) Unidades Federativas distintas (Rondônia, Alagoas e Sergipe), de modo que possui conhecimento do papel que exerce a Instituição, ou em relação aos demais Poderes e Órgãos ou em relação à Sociedade, com os reflexos internos e externos que daí advêm.

5. Conciliou sua atuação finalística, enquanto Membro do MPF, com funções de chefia administrativa nas Unidades onde desempenhou suas atividades, pelo que igualmente colheu aprendizado gerencial e adquiriu conhecimento administrativo e financeiro necessários à atuação de Conselheiro do CNJ.

6. De igual forma, exerceu junto ao MPF a atividade de Corregedor Auxiliar, daí que hauriu conhecimentos a respeito da específica atuação do órgão correicional interno.

7. Atuou como Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP nos biênios 2017/2019 e 2019/2021 e, por isso, acresceu em sua trajetória profissional a atuação em órgão de controle do Ministério Público com dimensão nacional, congênere ao CNJ.

8. Exerceu, igualmente, no âmbito do CNMP, os cargos de Secretário-Geral (2016/2017) e Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público (2022/2023), de maneira que ampliou e aperfeiçoou seus conhecimentos sobre o desenvolvimento das atividades daquele órgão colegiado.

9. Buscou, também, agregar novos conhecimentos acadêmicos, daí que se tornou Especialista e Mestre em Direito Constitucional, na busca de conjugar seus estudos à atuação prática exercida como integrante do MPF.

10. Na mesma direção, empreendeu esforços para transmitir os conhecimentos adquiridos e fomentar o debate acadêmico, por meio da elaboração de artigos científicos e da organização ou publicação de livros, em coautoria ou isoladamente.

11. Jamais foi demandado administrativa ou judicialmente em razão de sua atuação enquanto Membro do MPF.

12. Nunca recebeu contra sua pessoa processo administrativo disciplinar de qualquer espécie.

13. Ditos fatos e circunstâncias conduzem o signatário à compreensão de que possui a experiência profissional, a formação técnica adequada e a afinidade intelectual e moral para o exercício do mandato de Conselheiro do CNJ.

Apresenta e subscreve tais informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos efeitos constitucionais, legais e regimentais.

Brasília/DF, em 20 de maio de 2025.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior